



Verbetes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)

Mission and Purpose

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é a maior e mais conhecida organização de movimento social brasileira que luta pela reforma agrária e por condições de permanência de trabalhadores rurais no campo. Com suas ocupações, acampamentos, marchas e assentamentos rurais, o MST colocou o tema da reforma agrária de volta na pauta política brasileira, reinventou formas de protesto, estabeleceu novos termos da relação entre trabalhadores rurais e o Estado. Mais recentemente, o movimento enfatiza a luta contra o agronegócio e o modelo agroexportador que domina a política brasileira para o setor, discutindo soberania alimentar e demandando estrutura de suporte à economia camponesa.

A relevância do MST reside não apenas em suas atividades, mas em sua influência sobre outros movimentos sociais brasileiros – no campo e na cidade – e sobre movimentos rurais todo o mundo, em especial após seu proeminente papel na criação e na consolidação da Via Campesina, um movimento transnacional camponês.ⁱ

O MST está presente, atualmente, em 24 estados brasileiros, em todas as regiões do país. Segundo cálculos do próprio movimento, 350 mil famílias conquistaram terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais.ⁱⁱ Calcula-se que o MST tenha cerca de 1,14 milhão de membros, esteja a frente de 2 mil assentamentos, 161 cooperativas e 140 agroindústrias. Com todas as críticas aos processos de reforma agrária no Brasil – parciais e, por vezes, precários –, o MST foi sujeito central na distribuição de mais de 3,7 milhões de hectares de terra (os dados são de 2009).ⁱⁱⁱ

Como se organiza - A organização do MST tem como base núcleos de famílias que vivem nos assentamentos e acampamentos. Cada núcleo é composto por cerca de uma dezena de famílias, que escolhem sua coordenação. Como fruto dos debates de gênero, é estabelecido que haja sempre uma dupla de coordenadores: um homem e uma mulher.^{iv} Acampamentos e assentamentos realizam assembleias periodicamente, que indicam coordenadores para as instâncias estaduais. A coordenação das atividades estaduais fica a cargo das secretarias estaduais e a definição de prioridades dos Encontros Estaduais.



Há também uma secretaria, uma coordenação e uma direção nacionais. Nesta esfera, as instâncias de decisão incluem o Congresso Nacional (que acontece, em geral, a cada cinco anos) e o Encontro Nacional (a cada dois anos).^v Além disso, atualmente o movimento organiza-se em onze setores: formação, educação, produção, gênero, saúde, comunicação, projetos, frente de massa, direitos humanos, finanças e relações internacionais. Há ainda coletivos sobre temas transversais, como o de mística.

History

Quando a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) já mostrava sinais de enfraquecimento, populações do campo e da cidade voltaram a organizar-se publicamente. Parte desse cenário, o MST nasceu na primeira metade da década de 1980, organizando populações rurais para lutar pelo acesso à terra por meio da reforma agrária. Organizou-se inicialmente nos estados do Sul e do Sudeste do país.^{vi}

Estudiosos do MST trabalham com quatro momentos de territorialização do grupo: 1) Geração (1979-84): começa com ocupações de terras no Sul do Brasil e estende-se até sua fundação, em 1984, quando as ocupações passam a ocorrer também no Sudeste e Centro-Oeste; 2) Consolidação (1985-89): quando o movimento ganha escala nacional e o Brasil volta a trilhar o caminho da democratização; 3) Institucionalização: a partir de 1990, período em o MST torna-se “o principal interlocutor do governo federal a respeito da reforma agrária e é reconhecido internacionalmente”.^{vii} São criadas novas políticas públicas para as populações rurais, a exemplo de um programa de crédito para agricultores familiares. O MST cria cooperativas, escolas, centros de formação e pesquisa e organiza seus coletivos; por fim, a fase 4) Mundialização: fase relativa à criação e ao fortalecimento da Via Campesina.^{viii}

Há, porém, pesquisadores que questionam tal periodização, defendendo que as fases não são estanques, mas sobrepõem-se. Afirmam, por exemplo, que os laços internacionais do movimento são inclusive anteriores à sua criação oficial, em 1984.^{ix}

O MST obteve projeção nacional desde as ocupações que lhe deram origem. Em 1981, o apoio ao acampamento na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, reuniu mais de 600 famílias, agregou apoios vindos de todo o país e virou símbolo da luta pela



terra no período de redemocratização^x. Pouco depois, houve grandes ocupações em 1990, no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, que marcou ações do grupo no estado mais populoso do país, e em Pernambuco, 1992, quando usinas de produção de cana, em crise, foram retomadas por trabalhadores, reinventando a ocupação de terra como repertório de ação na região.^{xi}

Outros momentos cruciais para a projeção nacional e internacional do movimento foram suas marchas nacionais em 2005, 1999 e em 1997- esta última reuniu 100 mil pessoas em Brasília. Os massacres de trabalhadores rurais em Corumbiara, Rondônia (1995), Eldorado dos Carajás, Pará (1996) e Felisburgo, Minas Gerais (2004) colocaram o movimento na imprensa nacional e internacional. Nesses momentos, o MST conseguiu catalisar o sentimento de indignação de muita gente.

1. Specializations and activities

Pelo menos até a última década, a forma de ação que caracterizou as atividades do MST foi a ocupação de terras. Após a entrada dos grupos organizados nas áreas que o movimento gostaria de ver desapropriadas, instala-se um acampamento e seguem-se intensas disputas, em geral com despejos e reintegrações de posse. Por vezes, os acampamentos mudam-se para a beira das estradas. Com a repetição dessas ações, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, as barracas de lona preta e a bandeira hasteada passaram a ser entendidos pela sociedade com o sinal de que ali havia uma demanda por terras. Mais do que isso, a “forma acampamento” tornou-se a “forma apropriada” de demandar terras no Brasil^{xii}, pois o Estado brasileiro acabou por aceita-la, adaptar sua burocracia a este formato e a organizar sua ação de reforma agrária a reboque das demandas dos movimentos sociais. Foi, então, mimetizada por outros movimentos sociais, do campo e, mais tarde, também da cidade

Quando há acordo sobre a possibilidade de desapropriar áreas – e recursos financeiros – o Estado responde às pressões do movimento, legitimando-as. Porém, nem sempre desapropria as áreas em questão e por vezes instala os assentamentos em locais distantes do solicitado, dos mercados consumidores e de infra-estrutura – por exemplo, na região Norte do país, onde ainda há maiores extensões de terras públicas disponíveis.



As relações do MST com o Estado brasileiro são tema importante, foco de muita reflexão e polêmica: onde alguns autores vêem sobretudo conflitos^{xiii}, outros vêem também cooperação e interdependência^{xiv} ou até a emergência de uma improvável democracia participativa^{xv}. O MST, de forma geral, afirma enxergar o Estado como um espaço dominado pelas elites econômicas, voltado a atender seus interesses – que, no campo, foram sintetizados nas figuras dos latifundiários, até o início do século 21 e no agronegócio, a partir de então. O que o movimento pode fazer, face a isso, é disputar a hegemonia do Estado (e, a longo prazo, lutar por processos de transformação mais profundos)^{xvi}. Tendo em vista o menor acesso aos recursos pelas populações pobres, a ação possível é a de confronto público, de massa.

Esse entendimento tem impactos importantes na forma como o MST pensa a participação política institucional. O movimento resiste a empregar o tempo de seus militantes em atividades relativas a instituições participativas^{xvii}, pois identifica pouco potencial de transformação. Ainda durante o governo Fernando Henrique Cardoso, quando foi criado um programa nacional de crédito para agricultores familiares – o Pronaf –, que levou à instalação de conselhos municipais de desenvolvimento territorial, o MST não ocupou tais espaços institucionalmente, preocupado em manter autonomia e evitar cooptação. Apesar disso, associações locais vinculadas ao movimento participaram em determinados períodos, em alguns municípios, e foram responsáveis por importantes debates em torno da democratização das práticas desses conselhos^{xviii}

Esta postura tem se mantido nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), desde 2003, quando multiplicaram-se os espaços institucionais de participação. A opção pela participação institucional ocorre apenas pontualmente, protagonizada por alguns setores do movimento. O Setor de Saúde do MST, por exemplo, tem caminhado nessa direção – atualmente (em 2015) suplente no Conselho Nacional de Saúde e tem representação no Grupo da Terra, que discute a política para populações do campo. Até hoje, o MST não participa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf). Durante os governos do PT, devido à maior identificação política com o partido no poder, o MST tem mais acesso aos gestores, tendo inclusive participado de indicações para cargos do segundo escalão.^{xix} Há autores que apontam uma mudança nas estratégias de luta do movimento (bem como nas de



outros movimentos sociais brasileiros), que teria diminuído a ênfase nas ações de protesto^{xx} e estaria, assim, modificando seus repertórios de ação neste novo período.

Recentemente, em 2014, João Pedro Stedile, um dos coordenadores nacionais do MST, assinou carta ao lado de pesquisadores e juristas defendendo a Política Nacional de Participação Social, proposta pela presidenta Dilma Rousseff. O Decreto 8.243/2014, que estabelecia mecanismos de participação social na administração pública, foi questionado por setores da sociedade brasileira, com ampla repercussão na mídia.

Major projects and events

Para o MST, “a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária”, posto que ela traz consigo demandas pela instalação, nos assentamentos, de serviços públicos que não costumavam ser estendidos a populações rurais – tais como energia, água potável, educação, saúde, cultura e lazer.

Para além das políticas públicas, o MST vem desenvolvendo práticas próprias em diversas áreas. Na saúde, desenvolve atividades de resgate e valorização de conhecimentos tradicionais e mantém programas de cooperação para formação de médicos populares com Cuba. Na educação, discute políticas para educação no campo e propõe práticas pedagógicas como a alternância entre períodos nos assentamentos e nas escolas, buscando evitar o afastamento dos jovens de suas comunidades; criou a Escola Nacional Florestan Fernandes, espaço de formação de militantes. O MST tem levantado bandeiras também sobre o combate à violência sexista, democratização da comunicação, desenvolvimento, diversidade étnica e cultura. Envolve-se e por vezes protagoniza debates sobre o sistema político, soberania nacional e popular e para o que chama de construção e um Projeto Popular para o Brasil, ao lado de outros movimentos sociais.

Funding

O MST financia suas atividades por meio de contribuições de seus integrantes, de doações de simpatizantes e de recursos de projetos, por meio da cooperação internacional e nacional.

Publications



- Jornal Sem Terra - <http://issuu.com/paginadomst>
- Biblioteca Virtual sobre Questão Agrária no Brasil - <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca>

Secondary Sources

- Stedile, João Pedro, and Bernardo M. Fernandes. 1999. *Brava Gente - A Trajetória Do MST E a Luta Pela Terra No Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Caldart, Roseli. 2004. *Pedagogia Do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Ed. Expressão Popular..
- Carter, Miguel. 2010. *Combatendo a Desigualdade Social. O MST E a Reforma Agrária No Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp.

External Links

Página do MST: <http://mst.org.br/>; Jornal Brasil de Fato: <http://www.brasildefato.com.br/>; Editora Expressão Popular: <https://www.expressaopopular.com.br/>; Página da CLOC: <http://www.cloc-viacampesina.net/>; Página da Via Campesina: <http://viacampesina.org/en/>

Notes

i

ROSA, Marcelo. 2010. "Para Além Do MST: O Impacto Nos Movimentos Sociais Brasileiros." In Carter, Miguel. *Combatendo a Desigualdade Social. O MST E a Reforma Agrária No Brasil*, São Paulo: Ed. Unesp, 461–447.

ii

Fonte: <http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>

iii

Carter, Miguel. 2010. *Combatendo a Desigualdade Social. O MST E a Reforma Agrária No Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, p.38-39

iv

Fonte: <http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>

v

Fernandes, Bernardo M. 2010. "Formação E Territorialização Do MST No Brasil." In Carter, Miguel. *Combatendo a Desigualdade Social. O MST E a Reforma Agrária No Brasil*, São Paulo: Ed. Unesp, 161–97.

vi

Outros fatores relevantes foram o apoio das igrejas Luterana e Católica, no contexto do Concílio Vaticano II e da criação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, como apontam Stedile, João Pedro, and Bernardo M. Fernandes. 1999. *Brava Gente - A Trajetória Do MST E a Luta Pela Terra No Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

vii

Fernandes, *op.cit.*

viii

Fernandes, *op.cit.*

ix

Bringel, Breno, and Alfredo Falero. 2008. "Redes Transnacionais de Movimentos Sociais Na América Latina E O Desafio de Uma Nova Construção Socioterritorial." *Caderno CRH* 21: 267–86.



-
- x Carter, *op.cit.*
- xi Sigaud, Ligia. 2010. “Debaixo Da Lona Preta: Legitimidade E Dinâmica Nas Ocupações de Terra Na Mata Pernambucana.” In Carter, Miguel. *Combatendo a Desigualdade Social. O MST E a Reforma Agrária No Brasil*, São Paulo: Ed. Unesp, 237–55.
- xii Sigaud, *op.cit.*
- xiii Fernandes, *op.cit.*
- xiv Sigaud, *op.cit.*; Rosa, *op.cit.*
- xv Wolford, Wendy. 2010. “Participatory Democracy by Default: Land Reform, Social Movements and the State in Brazil.” *Journal of Peasant Studies* 37(1): 91–101.
- xvi Severo, Denise Osório, and da Ros, Marco Aurélio. 2012. “A Participação No Controle Social Do SUS: Concepção Do Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.” *Saude e Sociedade* 21(SUPPL. 1): 177–84.
- xvii Para definição de instituições participativas, diferenciando-as do conceito mais amplo de participação política, ver Avritzer, Leonardo. 2009. *Participatory Institutions in Democratic Brazil*. Washington: Woodrow Wilson Center Press.
- xviii Schneider, Sergio; Silva, Marcelo K.; and Marques, Paulo (org.). 2004. *Políticas Públicas E Participação Social No Brasil Rural*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- xix Fernandes, 2010, *op.cit.*
- xx Silva, Marcelo Kunrath. 2011. “Sociedade Civil No Brasil : Institucionalização E/ou Contestação.” *Em Debate* 3(4): 37–43.